

DESTINATÁRIO INADIMPLENTE

Orientações ao destinatário de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, oriundas de Estados não signatários

Quando o destinatário de mercadorias da ST tem direito a prazo para recolhimento do imposto?

São dois os fatores que determinam o prazo para recolhimento do ICMS-ST: 1) a origem da mercadoria; e 2) A situação do responsável pelo pagamento.

Quando a mercadoria é originária de um estado signatário de Protocolo ou Convênio de substituição tributária com o Amapá, o imposto deve ser retido na nota fiscal eletrônica. Quando essa retenção não é realizada, tendo em vista o descumprimento da obrigação por parte do remetente da mercadoria (substituto), o imposto é exígível na entrada em território amapaense, não havendo previsão legal de concessão de prazo para postergação desse pagamento.

Já quando a mercadoria é oriunda de estado não signatário, o contribuinte destinatário poderá usufruir de prazo para recolhimento do ICMS-ST no dia 10 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria em território amapaense, desde que esteja adimplente com suas obrigações tributárias principal e acessórias.



RESUMO:

Origem Estado Signatário:

- Imposto retido na nota:
 - Substituto Inscrito e adimplente: tem prazo
 - Substituto não inscrito ou inadimplente: não tem prazo
- Imposto não retido: não tem prazo

Origem Estado Não Signatário:

- Destinatário Adimplente: tem prazo
- Destinatário Inadimplente: não tem prazo



Como recuperar o direito ao prazo nas operações com Estados Não Signatários?

Contribuinte deve identificar as pendências no Sistema SATE para providências de regularização

Para identificar as pendências que impedem a concessão de prazo para pagamento do ICMS-ST, o contribuinte deve consultar o sistema SATE, utilizando seu login e senha, e acessando o menu:

Cobrança > Ficha Financeira > UmContribuinte > Consultar Omissos-Inadimplentes por Contribuinte

Após identificar o tipo de pendência tributária, a regularização pode ser feita por meio do próprio SATE, nos seguintes menus:

- **Débitos em atraso:** Emitir DAR Conta Corrente ou Emitir DAR de Auto de Infração (conforme o caso)
- **Parcelamento em atraso:** Emitir DAR Parcela Cobrança (ou Dívida Ativa)
- **Omissões de EFD:** realizar a transmissão ao ambiente nacional. Após a transmissão, consultar no sistema SATE se o arquivo transmitido foi aceito ou rejeitado, acessando o menu:

[Declarações > EFD Processadas](#)

O login e senha de acesso ao sistema SATE pode ser solicitado através do endereço de e-mail: suporte.sate@sefaz.ap.gov.br

Dúvidas relativas a débitos em aberto podem ser esclarecidas através do e-mail nuccf@sefaz.ap.gov.br. e relativas a omissões de EFD ou GIA-ST através do e-mail nucla@sefaz.ap.gov.br.

ORIENTAÇÕES DE LEITURA DA CONSULTA DE PENDÊNCIAS FISCAIS (RELATÓRIO DE OMISSOS/INADIMPLENTES)



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA
ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROCESSOS ESTRATÉGICOS

Contribuinte: [REDACTED]

Declarações : DIAP, GIAST, EFD

Período Referência : 10/2016 - 09/2021

Tipo Origem : DIAP, GIAST, ITCD, CONFISSAO DE DEBITO, DEBITO AVULSO PARCELAMENTO, DIVIDA ATIVA, AUTO DE INFRACAO, NOTA FISCAL DIGITADA, FATURA, NOTA FISCAL AVULSA, CONTA MERCADORIA, OCORRENCIA, ESTIMADA, GRA, COBRANCA DE FRETE, ESTIMATIVA, CARTAO DE CREDITO, PROCESSO DE AUTO DE INFRACAO, NOTA FISCAL ELETRONICA, GLME, EFD, MALHA FISCAL, SPED, PARCELAMENTO

Consulta de Contribuintes Omissos / Inadimplentes											
Data de Emissão: 06/10/2021		Hora: 08:26:04									Usuário: eliane.he
Nº de Controle	Receita	Parcelamento	Quant. de Parc.	Período	Parc.	Principal	Principal Recolhido	Diferença	Saldo Dev. Atualizado	Tipo Lançamento/ Parcelamento	Situação
3003179775	1821	0054252018-4	16	10/04/2018		Parc. em atraso			46.992,32	REFIS ADMINISTRATIVO	EM ABERTO
3003179775	1821			11/2015	1	1.705,94	0,00	1.705,94	6.394,32	AUTO DE INFRACAO	EM ABERTO
3003179775	1821			11/2017	2	1.350,64	0,00	1.350,64	4.010,74	AUTO DE INFRACAO	EM ABERTO
3003030923	1821			01/2018	1	70.119,26	0,00	70.119,26	263.971,93	AUTO DE INFRACAO	EM ABERTO
3003030923	1821			02/2018	2	218.155,55	0,00	218.155,55	812.890,24	AUTO DE INFRACAO	EM ABERTO

Orientações:

1 – Quando na coluna “Principal” constar o termo “Parc. em atraso”, significa que a causa da pendência (ou uma delas), são parcelas em atraso. A identificação do processo de parcelamento constará na coluna “Parcelamento” do relatório.

Solução:

- Acessar o menu **Emitir DAR → Emitir DAR Parcela Cobrança** do sistema SATE, emitir o documento de arrecadação da(s) parcela(s) em atraso e efetuar o pagamento na rede bancária; ou
- Realizar um reparcelamento no Atendimento presencial da SEFAZ (observar regras de parcela de entrada no Decreto nº8.157/2014).
- Caso a parcela apontada como pendente tenha sido paga e o pagamento não foi identificado pelo sistema, o contribuinte deverá entrar em contato com o setor de cobrança da Sefaz/AP (NUCCF/COARE) para análise do motivo (contato: nuccf@sefaz.ap.gov.br)

2 – Quando na coluna “Tipo Lançamento/Parcelamento” constar o termo “AUTO DE INFRAÇÃO”, significa que existe um processo de parcelamento em aberto, cujo prazo legal para pagamento/impugnação já expirou. O valor atualizado da dívida constará na coluna “Saldo. Dev. Atualizado”.

Solução:

- Acessar o menu **Emitir DAR → Emitir DAR de Auto de Infração** do sistema SATE, emitir o documento de arrecadação do auto de infração e efetuar o pagamento na rede bancária; ou
- Efetuar o parcelamento da dívida no Atendimento presencial da SEFAZ.
- Caso o contribuinte autuado tenha apresentado impugnação no prazo legal, deverá entrar em contato com o Junta de Processo Administrativo Fiscal – JUPAF, a fim de solicitar que providenciem a suspensão da exigibilidade da dívida no sistema SATE.
- Caso o contribuinte tenha efetuado o pagamento da dívida e o pagamento não foi identificado pelo sistema, o contribuinte deverá entrar em contato com o setor de cobrança da Sefaz/AP (NUCCF/COARE) para análise do motivo (contato: nuccf@sefaz.ap.gov.br)

3 – Quando na coluna “Operação” de um AUTO DE INFRAÇÃO constar o termo “EM JULGAMENTO”, significa que o débito está com a exigibilidade suspensa, e não está criando qualquer embaraço fiscal ao contribuinte. Nesse caso, se o sistema de trânsito estiver apontado inadimplência fiscal, deve existir outra causa gerando a pendência.

Consulta de Contribuintes Omissos / Inadimplentes											
Data de Emissão: 06/10/2021			Hora: 08:28:49			Usuário: eliane.heidemann (SATE)					
Nº de Controle	Receita	Parcelamento	Quant. de Parc.	Período	Parc.	Principal	Principal Recolhido	Diferença	Saldo Dev. Atualizado	Tipo Lançamento/ Parcelamento	Situação
				12/2020		Omisso				EFD	
				7/2020		Omisso				GIA-ST	
				12/2020		Omisso				GIA-ST	
3003121103	1416			05/2021	0	333,86	0,00	333,86	434,75	GIAST	EM ABERTO
3003139593	1416			06/2021	0	147,95	0,00	147,95	184,82	GIAST	EM ABERTO
3003159963	1416			07/2021	0	231,11	0,00	231,11	283,25	GIAST	EM ABERTO
3003184630	1416			08/2021	0	177,37	0,00	177,37	194,36	GIAST	EM ABERTO
3002856256	6122			12/2019	0	208,40	0,00	208,40	1.237,23	DÍVIDA ATIVA	INSCRITO
3002866512	6122			01/2020	0	8.541,79	0,00	8.541,79	54.151,74	DÍVIDA ATIVA	INSCRITO
3002744128	6122			05/2019	0	9.022,87	0,00	9.022,87	38.037,21	DÍVIDA ATIVA	ACAO SUSPensa
3003215591	1111			08/2021	0	13.372,34	19.231,42	0,00	0,00	EFD	EM ABERTO

4 – Quando na coluna “Principal” constar o termo “Omisso”, significa que a causa da pendência (ou uma delas), são omissões de entrega de declaração. A identificação do tipo de declaração não transmitida está na coluna “Tipo Lançamento/Parcelamento” do relatório (EFD ou GIA-ST) e o período de apuração pendente está na coluna “Período”.

Solução:

- Realizar a transmissão do arquivo pendente ao ambiente nacional, através da internet.
- Caso a omissão seja de EFD e o arquivo tenha sido transmitido pelo contribuinte, o arquivo provavelmente pode ter sido rejeitado por alguma validação dos sistemas do fisco (por exemplo: divergência no saldo credor do período anterior informado, município informado na declaração diferente do município constante no cadastro, etc...). O contribuinte pode consultar se foi esse caso no menu **Declarações → EFD Processadas** do sistema SATE.
- Caso tenha havido algum problema de ordem técnica (falha no carregamento do arquivo), o contribuinte deverá entrar em contato com o setor de declarações da Sefaz/AP (NUCLA/COARE) para análise do motivo (contato: nucla@sefaz.ap.gov.br)

5 – Débitos declarados e vencidos constarão no relatório com a identificação do nosso número do lançamento na coluna “Nº de Controle”, indicando também na mesma linha o código de receita e o valor do débito declarado pelo próprio contribuinte. O tipo de declaração transmitido pelo contribuinte para geração do débito consta na coluna “Tipo Lançamento / Parcelamento” (EFD ou GIA-ST).

Solução:

- Acessar o menu **Emitir DAR → Emitir DAR Conta Corrente**, do sistema SATE, emitir o documento de arrecadação do débito em atraso e efetuar o pagamento na rede bancária; ou
- Realizar o parcelamento da dívida no Atendimento presencial da SEFAZ.
- Caso o débito apontado como pendente tenha sido pago e o pagamento não foi identificado pelo sistema, o contribuinte deverá entrar em contato com o setor de cobrança da Sefaz/AP (NUCCF/COARE) para análise do motivo (contato: nuccf@sefaz.ap.gov.br)

6 – Quando na coluna “Tipo Lançamento / Parcelamento” constar o termo “DÍVIDA ATIVA”, significa que a causa da pendência (ou uma delas), são inscrições não pagas. A identificação da origem da dívida somente pode ser obtida em atendimento presencial junto à Procuradoria-Geral do Estado do Amapá.

Solução:

- Solicitar ao Atendimento da Procuradoria-Geral do Estado do Amapá a emissão do documento de arrecadação do débito e efetuar o pagamento na rede bancária; ou
- Realizar o parcelamento da dívida no Atendimento presencial da Procuradoria-Geral do Estado do Amapá.
- Caso o débito apontado como pendente tenha sido pago e o pagamento não foi identificado pelo sistema, ou esteja com a exigibilidade suspensa em razão de determinação judicial, o contribuinte deverá entrar em contato com a Procuradoria Tributária da PGE/AP para as providências necessários. A Sefaz/AP não possui competência para quaisquer intervenções relativas às inscrições em dívida ativa.

7 – Inscrições em dívida ativa em que conste na coluna “Situação” o termo AÇÃO SUSPensa, estão com a exigibilidade suspensa e não estão criando qualquer embaraço fiscal ao contribuinte. Nesse caso, se o sistema de trânsito estiver apontado inadimplência fiscal, deve existir outra causa gerando a pendência.